



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

**Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU**  
**Ata da 150ª (centésima quinquagésima) Reunião Ordinária**  
**Dia 15 de junho de 2007**

Às 09:30 (nove e trinta) horas do dia 15 de junho de 2007 (dois mil e sete), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da suplente do presidente, Dra. Maria José De Biase. Havendo número legal, a suplente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) III CONFERÊNCIA DA CIDADE – APRESENTAÇÃO DOS TEMAS. ESCOLHA DOS REPRESENTANTES - COMISSÃO PREPARATÓRIA. 2) Informes/Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Maria José De Biase, suplente do presidente, Dra. Taciana Maria Sotto Mayor Porto Chagas, Gerente da 1ª Regional - DIRCON/SPPODUA (titular), Dra. Ana Maria Costa Magalhães, Assessora Técnica da Sec. Assistência Social (suplente), Dra. Andréa Karla Amaral de Galiza, Diretora da Procuradoria Consultiva - Sec. Assuntos Jurídicos (titular), Dra. Jeanne Lopes Cabral, Técnica Pedagógica – Sec. Educação, Esporte e Lazer (suplente), Dr. Antônio Valdo de Alencar, representante da Empresa Municipal de Limpeza Urbana – EMLURB/Sec. Serviços Públicos (suplente), Dr. José Romero Campello Britto, representante da Sec. Turismo (suplente), Dr. Luis Cordeiro de Barros Filho, Diretor de Planejamento - SANEAR (suplente), Dr. Tamar Ferreira de Lima, representante da Ag. CONDEPE/FIDEM (titular), Prof. Tomás de Albuquerque Lapa, representante do MDU/UFPE (titular), Dr. Marco Aurélio Mayrink Estela de Melo, representante da FIEPE (suplente), Sr. Tomé Ferreira de Lima, representante da FEAMEPE (suplente), Dr. Fernando Jardim Ribeiro Lins, representante da OAB/PE (titular), Sr. Jorge Luiz Dantas Roma, representante da CUT (suplente), Dr. Luís Eduardo Moriel Carneiro, representante do IAB/PE (titular), Dr. Edgar Gomes da Silva, representante da ADEMI/PE (titular), Dr. Paulo Reynaldo Maia Alves, representante do Centro Josué de Castro/ABONG (titular), Sr. Adriano Jesus de Miranda, representante do Fórum do Prezeis (suplente) e a Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (suplente). Em seguida, Dra. De Biase passou para o primeiro item da pauta - III CONFERÊNCIA DA CIDADE – APRESENTAÇÃO DOS TEMAS. ESCOLHA DOS REPRESENTANTES - COMISSÃO PREPARATÓRIA, comunicando que estava previsto para os dias 17 e 18 de agosto a realização da 3ª Conferência Municipal do Recife. “Na realidade, tínhamos que realizar até o dia 30 de junho, mas solicitamos adiamento e fomos autorizados sem causar prejuízo à preparatória estadual. Hoje, nesta reunião teremos que escolher os representantes do Conselho de Desenvolvimento Urbano para formar a comissão preparatória. Já na próxima semana deveremos nos reunir para darmos início a organização da Conferência. Remetemos a todos os membros do Conselho por e-mail o texto da 3ª Conferência Nacional das Cidades, fornecido pelo Ministério das Cidades. Fizemos uma síntese que será apresentada pela arquiteta Sandra Nunes, coordenadora da comissão preparatória”. Dra. Sandra iniciou a apresentação mostrando a marca da 3ª Conferência, criada pela Secretaria de Comunicação da Prefeitura do Recife. “No momento estamos em busca de patrocinadores, já temos a Caixa Econômica Federal. Iremos trabalhar a etapa preparatória. Na Conferência Nacional, o Conselho das Cidades define as diretrizes para a realização da Conferência. O Lema da 3ª Conferência é Desenvolvimento urbano com participação popular e justiça social, e o tema é Avançando na gestão democrática das cidades. O tema divide-se em



cinco sub temas. O desafio desde a 1ª Conferência é construir uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano articulada, com participação e justiça social". Continuando, Dra. Sandra apresentou os TEMAS: "TEMA 1 - A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AS INTERVENÇÕES NAS CIDADES. As Intervenções Urbanas e a Integração de Políticas. As Intervenções Urbanas e o Controle Social. As Intervenções Urbanas e os Recursos. TEMA 2 - CAPACIDADE E FORMA DE GESTÃO DAS CIDADES. Capacidade Administrativa e de Planejamento e Estrutura Institucional. Receitas Municipais e Ampliação de Receitas Próprias. Desafios gerais: Criar o Sistema Nacional da Política de Desenvolvimento Urbano, superando a segmentação das políticas setoriais; Desenvolver a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano articulada com as políticas públicas de desenvolvimento econômico, ambiental e promoção social; Definir competências dos entes federados sobre as questões territoriais urbanas e promover a cooperação entre eles; Enfrentar os problemas das Regiões Metropolitanas e das desigualdades regionais; Definir parâmetros para desmembramento de Municípios e criação de Regiões Metropolitanas. TEMA 1 - A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AS INTERVENÇÕES NAS CIDADES. Discutir como as políticas e os investimentos nos três níveis de governo estão contribuindo, ou não, para reverter a lógica da desigualdade e da exclusão social, a fragmentação e a desarticulação das intervenções setoriais e inter-governamentais, visando otimizar custos sociais e a qualidade de vida nas cidades. 1. 1 – As intervenções Urbanas e a integração de políticas. Momento de elaboração de planos para as políticas setoriais integrados entre si e com o Plano Diretor Participativo. Desafios: Viabilizar a destinação dos imóveis públicos prioritariamente para habitação de interesse social e, caso venha a ser inviável, destiná-los para usos de caráter público e coletivo; Fiscalizar a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade; Formular de forma democrática e participativa, um programa de espaços públicos para as cidades brasileiras; 1. 1 – As intervenções Urbanas e a integração de políticas. Momento de elaboração de planos para as políticas setoriais integrados entre si e com o Plano Diretor Participativo. Desafios: Ampliar a discussão para viabilizar a destinação de imóveis públicos e privados ociosos para habitação de interesse social; Articular, no âmbito dos programas de habitação de interesse social, programa específico de produção de espaços públicos; Promover a inclusão sócio-espacial através da regularização fundiária; Avançar na remoção de obstáculos jurídico-administrativos à regularização fundiária. 1.2 - As Intervenções Urbanas e o Controle Social. Gestão Democrática das Cidades : ponto primordial para a elaboração e execução da política de desenvolvimento urbano. Desafios: Estabelecer o caráter deliberativo do Conselho das Cidades; Avançar na implantação do sistema de Conferências e Conselhos; Promover uma maior mobilização e envolvimento do setor público e da sociedade civil no processo de constituição dos Conselhos estaduais, Distrito Federal, regionais e municipais em consonância com o Conselho Nacional; 1.2 - As Intervenções Urbanas e o Controle Social. Gestão Democrática das Cidades : ponto primordial para a elaboração e execução da política de desenvolvimento urbano. Desafios: Reforçar o controle social na política urbana como meio de garantia do direito à cidade; Ampliar o controle social e a transparência da atuação dos prestadores de serviços públicos; Realizar oficinas e seminários de capacitação da sociedade que auxiliem a gestão democrática nas cidades. 1.3 - As Intervenções Urbanas e os Recursos. Habitação. Desafios: Ampliar os recursos para política de subsídios; Viabilizar um programa nacional que atenda as associações e cooperativas, possibilitando a ampliação das experiências em curso; Ampliar o número de



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

agentes financeiros para operar políticas sociais; Debater a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, integrando os fundos setoriais e os recursos; 1.3 - As Intervenções Urbanas e os Recursos. Habitação. Desafios: Descentralizar a execução dos recursos destinados à habitação de interesse social por meio de cooperativas e associações habitacionais; Ampliar o acesso à terra urbana com a implantação dos instrumentos do Estatuto da Cidade; Incentivar Estados, Municípios e Distrito Federal para elaborar seu plano de habitação integrado ao Plano Diretor Participativo. 1.3 - As Intervenções Urbanas e os Recursos. Saneamento. Desafios: Incentivar Estados e Municípios para elaborar seus Planos de Saneamento Básico integrados aos Planos Diretores Participativos e aos Planos de Habitação de Interesse Social; Incentivar a criação de consórcios públicos para a regulação, fiscalização, prestação e planejamento de serviços de saneamento básico; Definir a questão de financiamento dos serviços de saneamento em regiões metropolitanas; Fortalecer a articulação entre os órgãos de governo que atuam com saneamento; Implementar a Lei de Saneamento Básico (lei nº. 11.445/2007). 1.3 - As Intervenções Urbanas e os Recursos. Mobilidade Urbana. Desafios: Ampliar os recursos para mobilidade urbana no PAC; Debater a criação de empresas públicas de transporte coletivo; Avançar na definição dos parâmetros de barateamento das tarifas, da qualidade dos transportes coletivos e da política de subsídios, como mecanismos de inclusão social; Garantir e ampliar a destinação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, no financiamento do transporte e mobilidade urbana; 1.3 - As Intervenções Urbanas e os Recursos. Mobilidade Urbana. Desafios: Garantir a aplicação dos recursos do FUNSET, DPVAT, e das multas de trânsito nas ações que visem à redução de ocorrências trágicas no trânsito; Excluir do endividamento dos Estados, Distrito Federal e Municípios os investimentos em infraestrutura do transporte coletivo e mobilidade urbana; Garantir a implementação do marco regulatório da mobilidade urbana. 1.3 - As Intervenções Urbanas e os Recursos. Ordenamento Territorial. Desafios: Assegurar que as ações e investimentos das várias esferas do governo sejam executados em sintonia com os planos diretores aprovados para que se alcance o objetivo da cidade de todos e todas. Ampliar o acesso à terra urbana com a implantação dos instrumentos do Estatuto da Cidade; Ampliar e efetivar o controle sobre os recursos públicos gerados a partir da utilização dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade. TEMA 2 - CAPACIDADE E FORMA DE GESTÃO DAS CIDADES. O debate a ser realizado é em que medida o Poder Público, em especial o Municipal, está estruturado para enfrentar os desafios de seu próprio desenvolvimento. Como as políticas e os investimentos nos três níveis de governo estão contribuindo, ou não, para reverter a fragilidade do poder público na ação de planejar as intervenções nas cidades de forma integrada e com participação social. CAPACIDADE E FORMA DE GESTÃO DAS CIDADES. Em que medida o Poder Público, em especial o Municipal, está estruturado para enfrentar os desafios de seu próprio desenvolvimento? Como as políticas e os investimentos nos três níveis de governo estão contribuindo, ou não, para reverter a fragilidade do poder público na ação de planejar as intervenções nas cidades de forma integrada e com participação social. 2.1 – Capacidade Administrativa e de Planejamento e Estrutura Institucional. Desafios: Obter informações sobre iniciativas de Municípios, Estados e Distrito Federal para a criação de Conselhos que tratem da política de desenvolvimento urbano, dos problemas e dificuldades encontrados; Desburocratizar os procedimentos e criar incentivos para aprovação de empreendimentos urbanos de interesse social; Ampliar a capacidade de



planejamento e gestão dos Municípios, de políticas estaduais e federais de assistência técnica e desenvolvimento institucional. 2.2 - Receitas Municipais e Ampliação de receitas próprias. Atualização dos cadastros e a revisão de plantas de valores; Regularização fundiária, que permite a regularização fiscal; Imposto sobre Transações Imobiliárias; Lei dos Consórcios Públicos (nº 11.107/2005) possibilita o fortalecimento da descentralização de recursos técnicos e financeiros, a partir da cooperação dos entes federados. PROCESSO DE DISCUSSÃO: Avaliação das Conferências anteriores. Duas propostas prioritárias em cada um dos cinco sub-temas principais para Conferência Estadual. O processo se repetirá para a Conferência Nacional. COMISSÃO PREPARATÓRIA: I - Definir Regimento Municipal e/ou Regional, contendo critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitadas as definições deste regimento e do regimento estadual, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. nº 19; II - definir data, local e pauta da Conferência; § 1º. As Comissões Preparatórias Municipais e/ou Regionais devem enviar as informações dos incisos I e II à Comissão Preparatória Estadual, no máximo, até 10 dias após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la. § 2º. As Comissões Preparatórias Municipais e/ou Regionais devem enviar as mesmas informações para a Comissão-Executiva Nacional para registro. § 3º. O temário da Conferência Municipal ou Regional deve contemplar o temário nacional e direcionar as propostas para todas as esferas da Federação. Art. 45. Os resultados das Conferências devem ser remetidos à Comissão Preparatória Estadual e à Comissão-Executiva Nacional, em até 5 dias após sua realização, em formulário próprio a ser distribuído pelo Ministério das Cidades". Concluída a apresentação, Dra. De Biase deu início ao processo de discussão para as considerações e indagações, passando a palavra ao conselheiro Luís Cordeiro de Barros Filho, representante da Autarquia de Saneamento do Recife – SANEAR. O conselheiro falou que tinha dúvidas quanto ao número de representante municipal na comissão preparatória. E propôs alteração no item Setor Público (níveis de governo), passando para 3 representantes do Município, 1 estadual e 2 federal. Neste momento o conselheiro Luís Eduardo Moriel Carneiro, representante do IAB/PE, falou que a definição tinha que ser proporcional à composição do Conselho. Dra. De Biase lembrou que o Mestrado de Desenvolvimento Urbano – MDU (federal), já estava contemplado no item de Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais. Prosseguindo, passou a palavra à conselheira Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ. A conselheira perguntou se o quadro apresentado era para compor a comissão preparatória. Obteve resposta positiva. E, perguntou: "Porque só três vagas para os movimentos sociais? Se o governo tem cinco representantes". Dra. De Biase informou que a tabela foi proposta pelo Ministério das Cidades. "Estamos apenas aplicando à proporcionalidade do Conselho". Em seguida, a conselheira Lúcia questionou a autenticidade de muitos que dizem compor um movimento social. Continuando, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro Paulo Reynaldo Maia Alves, representante do Centro Josué de Castro, que propôs ver toda a tabela para em seguida, analisar os itens pontuais. A suplente do presidente chamou atenção que uma comissão preparatória muito grande termina não sendo produtiva. Passando a palavra ao conselheiro Jorge Luiz Dantas Roma, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que se reportando à conselheira Maria Lúcia, falou sobre a distância que os movimentos sociais procuram ter dos movimentos dos trabalhadores, "isso é muito ruim". Em seguida, Dra. De Biase recomeçou a analisar os demais itens da tabela. – Trabalhadores p/ suas entidades sindicais, "no CDU só temos



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

uma representação, a CUT, conselheiro Jorge Roma. – Empresários relacionados à produção e financiamento do desenvolvimento urbano, temos o SINDUSCON, com suplência da FIEPE, a ADEMI/PE com a suplência da ABIH e a CDL. – Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, o MDU, a OAB/PE, o IAB/PE e o CREA/PE. – ONG's com atuação na área no Conselho, só temos o Centro Josué de Castro, conselheiro Paulo Reynaldo. Na realidade a única desproporcionalidade está nas entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, que sugere duas vagas e no Conselho, temos quatro representações. Por esta razão, proponho alterarmos a composição de dois para três representantes. Assim, ficaríamos com 50% de representação". Neste momento, o conselheiro Luís Moriel – IAB/PE propôs que, ao invés de alterar o número de participantes do item Setor Público, deixar a CEF e trazer o MDU para o item das Entidades Profissionais. A seguir, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro Luís Cordeiro – SANEAR, que sugeriu além de definir o número de cada participante por categoria, eleger as entidades que irão participar da comissão preparatória. No final, num processo de votação, ficou acertado o número de participantes da Comissão Preparatória. Setor Público (3 níveis de governo) – 42,3%: 5 vagas (CEF, CONDEPE/FIDEM, MUNICIPIO); Movimentos sociais e Populares – 26,7%: 3 vagas (Fórum do Prezeis, MNLM e FIJ); Trabalhadores p/ suas entidades sindicais – 9,9%: 1 vaga (CUT); Empresários relacionados à produção e financiamento do desenvolvimento urbano – 9,9%: 1vaga (SINDUSCON); Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais – 7%: 2 vagas (MDU, IAB ou CREA) e ONG's com atuação na área – 4,2%: 1 vaga (Centro Josué de Castro). Total: 13. Prosseguindo, o representante do MDU, conselheiro Prof. Tomás Lapa, comunicou que participaria das reuniões da comissão preparatória, mas não poderia participar da Conferência por motivo de viagem. Passando a palavra ao conselheiro Luís Moriel – IAB/PE, que ficou de contactar com o conselheiro representante do CREA/PE, Prof. José Luiz Mota Menezes para definir se a participação será do IAB ou do CREA, já que o CORECON não estar participando freqüentemente das reuniões do Conselho. Prosseguindo, o conselheiro Luis Cordeiro – SANEAR, solicitou uma definição quanto aos participantes (órgãos/entidades) do Município. Dra. De Biase falou que provavelmente participariam a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, a Secretaria de Serviços Públicos e a Autarquia de Saneamento do Recife – SANEAR. Continuando, Dra. De Biase passou a palavra à coordenadora da comissão preparatória, Dra. Sandra Nunes. A arquiteta comunicou que remeteria por e-mail o Regimento da Conferência anterior. Lembrou que o texto do Ministério das Cidades já havia sido encaminhado pela secretária do Conselho, e que a apresentação de hoje, além de constar da Ata, será remetida também por e-mail a todos os membros do Conselho. Em seguida, o conselheiro Paulo Reynaldo – CJC, perguntou qual seria o trabalho/atribuição da comissão preparatória. Dra. Sandra voltou à apresentação e mostrou mais uma vez o item específico das definições e atribuições da referida comissão. Continuando, Dra. De Biase comunicou que o Decreto estava sendo elaborado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura. E, agendou conjuntamente com os conselheiros a data, a hora e o local da primeira reunião preparatória. Dia 20 de junho (quarta-feira), às 09:00h na sala de reunião da DIRURB, 12º andar do edifício sede da Prefeitura. Em seguida, o conselheiro Luís Cordeiro insistiu na definição dos representantes do Município. A seguir, Dra. Andréa Karla Amaral Galiza, representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos, falou que, "a comissão preparatória deveria a nível municipal ser composta pelas entidades que estão mais voltadas para as atividades fins.



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

As contribuições das Secretarias de Assuntos Jurídicos e de Finanças, não seriam tão efetivas como as demais representantes na área técnica”. Neste momento, Dra. De Biase frisou a importância da participação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, pelo fato de a mesma fazer parte da Comissão Executiva do Conselho das Cidades. Sugeriu também as participações da SANEAR e da Secretaria de Serviços Públicos (EMLURB). A Secretaria de Planejamento participará como comissão executiva. Prosseguindo, Dra. De Biase passou para o item 2 da pauta – Informes/Outros. Informando que tinha um comunicado difícil, inclusive para ela, que se encontrava muito dividida, mas teria que transmitir. “O secretário Dr. João da Costa me convidou para dirigir a Diretoria de Controle Urbano – DIRCON. Quanto diretora da DIRCON, não sei se continuarei na suplência do presidente. Talvez, fique como membro representante da DIRCON. Caso não continue na suplência do Conselho, gostaria de agradecer a todos pela contribuição, compreensão e paciência que tiveram comigo. Como também, todos os ensinamentos que me proporcionaram. Muito obrigada. Foi extremamente gratificante, produtivo. Com muito orgulho incluo no meu curriculum, minha participação no Conselho de Desenvolvimento Urbano”. Em seguida, o conselheiro Edgar Gomes da Silva, representante da ADEMI/PE, falou que, “em relação ao seu comunicado institucional, acredito que sua saída do CDU, talvez seja apenas de função. Pois poderá ser membro dele representando a DIRCON. Sempre será um prazer tê-la no Conselho. Apesar de discordâncias em alguns pontos na condução de reuniões, a sua elegância no comportamento, sua paciência nas interferências às vezes, de forma não muito adequada. É um prazer que a senhora está evoluindo na carreira. Uma experiência nova, com certeza benéfica para a administração do Município”. Dra. De Biase agradeceu as palavras do conselheiro Edgar Gomes, passando em seguida a palavra ao conselheiro Tomé Ferreira Lima, representante da FEAMEPE, que iniciou sua fala parabenizando a Dra. Maria José De Biase pela sua condução dentro do Conselho de Desenvolvimento Urbano. “Agora, aproveito a oportunidade para registrar minha insatisfação na condução de dois projetos da Prefeitura. O Via Mangue e o Orla Boa Viagem. O Via Mangue estar sendo realizado a segunda etapa, sem o conhecimento prévio da comunidade. Teve uma reunião num colégio que foi bastante prejudicada por um problema no som. Ficaram de realizar uma outra reunião e até hoje não aconteceu. Foi feito também, um cadastramento. Seria interessante que a Secretaria de Planejamento divulgasse esse cadastramento para conhecimento da população do entorno ao projeto. Existe muito questionamento por parte dos moradores da área. A Secretaria de Planejamento tem que esclarecer a segunda etapa do projeto. Sobre o projeto Orla, faço parte como barraqueiro há 40 anos na praia de Boa Viagem, e também, como membro da FEAMEPE que é associada. O projeto Orla no início compôs o grupo gestor com as participações entre outra do SEBRAE e da Polícia Militar, em seguida foi desfeito, sem nenhum comunicado. Hoje, o canteiro de obras já está sendo executado. Sem informações, não tenho nem terei condições de falar sobre o projeto aos associados, à FEAMEPE, nem aos barraqueiros da orla. No CDU, solicitamos várias vezes sua apresentação, até hoje, nada. No ano passado, fizemos um projeto paralelo com sugestões que não nos comunicaram se seriam incorporadas, atendidas ou não. Uma das sugestões diz respeito ao tipo de barracas. Soubemos por terceiros que não seriam atendidas porque feriam a legislação. Não conheço essa falada legislação. Minha barraca, por exemplo, já foi coberta de palha, piaçaba e etc. Teve várias modificações. Hoje, a qualidade da piaçaba é muito ruim. Não tem a durabilidade de outrora. Para concluir, gostaria muito de ter informações concretas



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

do projeto Orla para mim, como cidadão, barraqueiro da orla e também, para transmitir aos associados da FEAMEPE". Passando em seguida, a palavra a conselheira Andréa Galiza – SAJ. A conselheira falou que, "gostaria de fazer uma saudação à Maria José De Biase. Dizer do meu descontentamento e meu contentamento também, com a mudança que você nos anunciou no dia de hoje. Você para mim tem sido uma inspiração, de como conduzir bem um fórum como este. Com bem falou o colega, conselheiro Edgar, pela sua segurança, principalmente pela sua simpatia, pela maneira afetuosa de como tem tratado a todos nós, membros deste Conselho. Será por um lado, uma tristeza se não tivermos mais você na condução do Conselho. Mas fico muito feliz em saber que a DIRCON, terá a frente uma pessoa do seu quilate. Parabéns pela sua nova função. Boa sorte, e espero que você não nos deixe. Apareça e compareça sempre". Neste momento houve uma salva de palmas e Dra. De Biase ficou muito feliz e emocionada com as palavras carinhosas, gentis e afetuosas da conselheira Andréa Galiza, que com certeza falou por ela e por todos do Conselho. Dra. De Biase agradeceu a todos de coração. "Continuarei no CDU, não sei se como membro representante da DIRCON ou suplente do presidente. Mais uma vez, obrigada a todos". Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 15 de junho de 2007.

Maria José De Biase – Suplente do presidente

Taciana Maria Sotto Mayor P. Chagas – DIRCON/SPPODUA (suplente)

Ana Maria Costa Magalhães – Sec. Assistência Social (suplente)

Andréa Karla Amaral de Galiza – SAJ (titular)

Jeanne Lopes Cabral – Sec. Educação, Esporte e Lazer (suplente)

Antônio Valdo de Alencar – EMLURB (titular) (SUPLENTE)

José Romero Campello Britto – Sec. Turismo (suplente)

Luís Cordeiro de Barros Filho – SANEAR (suplente)

Tamar Ferreira de Lima – Ag. CONDEPE/FIDEM (titular)

Tomás de Albuquerque Lapa – MDU/UFPE (titular)

Marco Aurélio Mayrinck Estela de Melo – FIEPE (suplente)

Tomé Ferreira de Lima – FEAMEPE (suplente)

Fernando Jardim Ribeiro Lins – OAB/PE (titular)

Jorge Luiz Dantas Roma – CUT (suplente)

Luís Eduardo Moriel Carneiro – IAB/PE (titular)

Edgar Gomes da Silva – ADEMI/PE (titular)

Paulo Reynaldo Maia Alves – CJC/ABONG (titular)

Adriano Jesus Alves de Miranda – Fórum do Prezeis (suplente)

Maria Lúcia da Silva – FIJ (suplente)